

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O vilão da história

A CPI do Orçamento é importante demais para a moralização dos nossos costumes políticos — que parecem ter chegado ao seu ponto máximo de degradação — para ficar exposta às manobras dos que nela vêem sobretudo uma ocasião para tirar proveito político e ideológico. O que começou como simples leviandade em alguns casos e demagogia eleitoral à custa da desgraça do País, em outros, transformou-se, no episódio dos documentos apreendidos na Construtora Odebrecht, em jogada audaciosa de deliberada má-fé.

O circo armado pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS) e pelo deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) para anunciar a existência de um **poder paralelo** no País, comandado por uma **sociedade secreta** de empreiteiras, é bem diferente da mais recente trapalhada do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em sua expedição a Nova York vestido de detetive Columbus. Desta vez estamos diante de um caso de dolo evidente. Os elementos contidos naqueles documentos — que se revelaram, pelos menos a julgar pelo que até agora foi divulgado, muitos menos grave do que o que foi alardeado — foram utilizados maliciosamente para tentar vender ao País um engodo.

As grandes culpadas pelos nossos males e desgraças seriam a ordem econômica e as empresas privadas, o que não deixa de ser coerente com as posições de inspiração marxista dos autores da denúncia, embora a essa altura da era pós-Muro de Berlim isso tenha um ar fantasmagórico. Trata-se de uma pouco sutil tentativa de tapar o sol com a peneira, de desviar a atenção da verdadeira fonte da corrupção, que se localiza num sistema político falido e num Estado nacional gigantesco e apodrecido. É ele o vilão da história.

É no setor público que, ao se criarem as mais diversas e sofisticadas dificuldades para vender facilidades à custa de propinas para a aprovação e liberação de verbas, num caminho tortuoso que começa no Congresso e termina no Executivo, se fomenta a corrup-

ção. Que muitas empreiteiras cometem atos ilegais que precisam ser coibidos e punidos com rigor não é novidade para ninguém. Os documentos que estão sendo levantados apenas confirmam muito do que se sabia. Elas funcionam como agentes passivos da corrupção. Os agentes ativos do esquema, ao qual aderem ou são constrangidas a aderir as empresas que executam trabalhos os mais diversos para o governo em todos os seus níveis, estão no setor público.

E quanto maior é o Estado, quanto maiores são os contratos bilionários que ele controla, maiores são as possibilidades de corrupção. A corrupção como crime continuado não existe nas relações entre as empresas privadas. A forma mais eficiente de combater a roubalheira que envergonha o País, portanto, é a reforma do sistema político e a drástica redução do tamanho do Estado. Mas disso o PT e seus aliados de esquerda nem querem ouvir falar, boicotando sistematicamente a revisão constitucional. Embora esta, por certo, não seja a sua intenção, isso na verdade os transformará — para usar o jargão marxista — em “aliados objetivos” dos corruptos.

O senador Bisol alardeia a existência de um poder paralelo no Brasil. É verdade. Ele existe e é muito forte, mas não está onde o senador gaúcho acredita. Está no Banco do Brasil, na Petrobrás, na Eletrobrás, Telebrás e outras “brás”, que vivem em função de seus interesses corporativos e ditam a ação do governo. Quanto à “sociedade secreta”, a única que até agora teve sua existência comprovada em várias ocasiões é a PT-Pol, a polícia secreta do PT que, infiltrada tanto no aparelho estatal como nas empresas privadas, sabe de tudo e só divulga o que lhe convém.

Se a CPI quer de fato cumprir a missão que o País dela espera, tem de se livrar o mais rapidamente possível da leviandade, da demagogia e, sobretudo, da má-fé ideológica a que alguns de seus membros estão cada vez mais entregues.